

política



Repórter Brasília
Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Uso compassivo de polilaminina



RAFA NEDEMEYER/DIVULGAÇÃO/JC

O deputado federal gaúcho Maurício Marcon (PL) solicitou informações ao ministro da Saúde, Alexandre Padilha, sobre os parâmetros adotados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa, foto) na autorização do uso compassivo da polilaminina, medicamento experimental voltado ao tratamento de lesões medulares. O documento solicita dados sobre liberações anteriores concedidas pela agência e cobra explicações sobre as exigências aplicadas ao caso específico do paciente Thiago José Camargos. O parlamentar busca esclarecer se as restrições de elegibilidade do ensaio clínico de fase 1 estão sendo utilizadas como barreira para pedidos de acesso individual. “Critérios estabelecidos para garantir homogeneidade e validade metodológica de um ensaio clínico não necessariamente se confundem com os critérios empregados na avaliação individual de risco e benefício de uso compassivo”, explica Marcon.

RS lidera leilão da laranja

Produtores e cooperativas do Rio Grande do Sul lideraram as negociações no leilão de apoio à comercialização de laranja in natura do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, arrematando 5,3 mil toneladas da safra 2026/2027. O volume gaúcho representou a maior parcela das 13,1 mil toneladas negociadas no leilão, que estabeleceu preço mínimo de R\$ 28,76 por caixa de 40,8 quilos. No Estado, as operações foram puxadas pela Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares de Liberto Salzano e Região (Coopsalzano), com 2,5 mil toneladas, e pela Cecafes, de Erechim, com 2,3 mil toneladas, além de citricultores dos municípios de Constantina e Centenário.

Retomada de obras paralisadas

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou o Plano de Ação 2026-2027 do Programa Destrava, que prioriza o Rio Grande do Sul e outros sete estados na articulação para concluir obras públicas paralisadas ou inacabadas nas áreas de Saúde e Educação. A estratégia estabelece a criação de comitês executivos locais, formados por representantes do Executivo, do Judiciário e de órgãos de controle, responsáveis por notificar as prefeituras para a validação do diagnóstico de cada município. “As obras de maior urgência devem ter os planos de retomada e as negociações correspondentes iniciados em até 30 dias após a triagem”, informa o CNJ.

Operação apura desvio de verba pública em Dark Horse

Ação cumpriu 49 mandados de busca e apreensão em três estados e DF

/ INVESTIGAÇÃO

A Polícia Federal (PF), com apoio da Controladoria-Geral da União (CGU), deflagrou, nesta quinta-feira, a Operação Make Up, para apurar suposto desvio de recursos públicos oriundos de emendas parlamentares repassadas, por meio de termo de fomento, à organização da sociedade civil.

A operação investiga o financiamento do filme Dark Horse, que relata a trajetória do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Um dos alvos é o deputado Mário Frias (PL-SP), que é autor das emendas sob investigação e roteirista do filme. Também é cumprido mandado contra Karina Gama, da Go Up Entertainment, produtora da obra. A operação foi autorizada pelo ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF).

A ação cumpriu 49 mandados de busca e apreensão, expedidos pelo Supremo Tribunal Federal, nos estados de São Paulo, do Rio de Janeiro, do Ceará e

no Distrito Federal. As investigações apontam para a existência de uma organização criminosa, formada por agentes públicos e privados, suspeita de direcionar os valores recebidos para empresas subcontratadas de forma irregular, sem comprovação da efetiva prestação dos serviços contratados. As tentativas de dissimular os desvios teriam se estendido até julho de 2026.

Levantamentos financeiros

identificaram, ainda, movimentação da ordem de centenas de milhões de reais entre as empresas que integram o esquema investigado. São investigados os crimes de peculato, falsidade documental, lavagem de dinheiro, organização criminosa e crimes licitatórios.

Além do inquérito com Dino, há outra investigação sob relatoria do ministro André Mendonça no STF.

ROBERTO CASTRO/ MTUR/ JC



Mário Frias é autor das emendas sob investigação e roteirista do filme

Ministro Flávio Dino proíbe Frias de deixar País

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), proibiu o deputado Mario Frias (PL-SP) de deixar o País e de se comunicar com outros investigados no inquérito que apura desvios de emendas parlamentares para financiar a produção do filme Dark Horse, cinebiografia do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

A medida consta na decisão em que o ministro autorizou a Operação Make Up, deflagrada nesta quinta-feira. Além de Frias, a produtora Karina Gama, responsável pelo filme, está entre os alvos, bem como outras 27 pessoas. Todas foram proibidas de deixar o País.

Ao autorizar a operação, Dino destacou que Frias se valeu de uma viagem internacional para retardar a prestação de informações relevantes para a investigação, levando o ministro a acionar o presidente da Câmara, Hugo Motta, para verificar a regularidade da referida viagem do parlamentar.

Não se pode ignorar, outros-
sim, que o cenário público na-

cional, lamentavelmente, deu provas recentes de que a evasão internacional é via cogitada por alguns parlamentares brasileiros ante a perspectiva da persecução penal, escreveu Dino.

O ministro é relator de uma investigação aberta a partir de relatórios da Controladoria-Geral da União (CGU) que indicaram irregularidades na destinação de R\$ 2 milhões em emendas de Frias para duas entidades registradas em nome de Karina Gama - o Instituto Conhecer Brasil (ICB) e a Academia Nacional de Cultura (ANC).

Segundo os achados da CGU, houve a destinação, por exemplo, de emendas de Frias para projetos sociais esportivos tocados pelo ICP na cidade paulista de Pirassununga, mas cuja efetiva execução na destinação pretendida não restou comprovada. A PF apontou indícios de que o dinheiro acabou direcionado para a produção do filme Dark Horse.

Além das emendas específicas de Frias, a PF apontou suspeitas a respeito da movimentação

financeira de diversos CNPJs ligados a Karina Gama, que movimentaram dezenas de milhões de reais nos últimos anos, em aparente incompatibilidade com sua real atividade econômica.

No relatório em que pediu os mandados da operação desta quinta, a PF escreveu que os elementos já produzidos revelam a existência de sofisticada estrutura financeira e operacional destinada à circulação de recursos entre entidades.

“(A investigação) apura o cometimento de crimes como fraude em procedimentos de contratação, falsidade documental, lavagem de dinheiro e organização criminosa, em contexto marcado pela movimentação de valores expressivos e pela utilização de múltiplas pessoas jurídicas inter-relacionadas, completa o documento.

A Agência Brasil entrou em contato com a assessoria do deputado Mario Frias, mas ainda não recebeu resposta. A reportagem também tentou contato com Karina Gama.

Desde 1980 protegendo
a inovação para você
construir o futuro.

SKO
OYARZÁBAL
MARCAS & PATENTES S/C
Ética ■ Dinamismo ■ Confiabilidade

www.sko.com.br | 51 3342.9323